

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Período: **DEZEMBRO/2012**

**Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012 – Altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do caput do art.22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; e dá outras providências.**

Foi publicada aos 28 de dezembro do corrente ano a Medida Provisória nº 601, que promoveu uma série de importantes alterações na legislação federal, dentre as quais se destacam as seguintes:

O prazo de vigência do REINTEGRA, que consiste num mecanismo para ressarcimento parcial de valores tributários não recuperados pelos exportadores, foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2013.

No que tange à desoneração da folha de salários, as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0 foram incluídas no rol de setores beneficiados pela substituição da contribuição de que tratam os incisos I e III, do art. 22, da Lei nº 8.212, de 1991, por uma contribuição incidente sobre a receita, à alíquota de 2%. No caso de contratação dessas empresas, mediante cessão de mão de obra, a contratante deverá reter 3,5% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

As empresas aéreas internacionais de bandeira estrangeira de países que estabelecem, em regime de reciprocidade de tratamento, isenção tributária às receitas geradas por empresas aéreas brasileiras, foram excluídas da obrigatoriedade de promoverem a substituição da contribuição previdenciária (devida ao INSS), pela nova contribuição incidente sobre a receita.

Foram incluídas no rol de itens desonerados as empresas que exercem atividade de manutenção e reparação de embarcações e aquelas que atuam no varejo das atividades relacionadas no Anexo II, da Lei nº 12.546/2011, quais sejam: lojas de departamentos, comércio varejista de materiais de construção, especializadas em equipamentos de telefonia e comunicação, móveis, tecidos, outros artigos de uso doméstico, livros, jornais revistas e papelaria, discos, brinquedos, produtos esportivos, produtos farmacêuticos, cosméticos e de higiene pessoal, vestuário, calçados e artigos de viagem, artigos fotográficos e para filmagem e produtos saneantes domissanitários.

Ainda no tocante à desoneração da folha de salários, foi autorizada a exclusão da receita oriunda do transporte internacional de carga.

O Anexo único da Lei nº 12.546 passou a se denominar Anexo I, e este Anexo sofreu o acréscimo de novos códigos NCM, cuja obrigatoriedade de substituição da contribuição ao INSS pela nova contribuição sobre a receita deverá ser observada a partir do 1º dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, ou seja, 1º de abril de 2013.

Por fim, foram excluídos os produtos classificados nos códigos 3006.30.11, 3006.30.19, 7207.11.10, 7208.52.00, 7208.54.00, 7214.10.90, 7214.99.10, 7228.30.00, 7228.50.00, 8471.30, 9022.14.13 e 9022.30.00 da TIPI, que se referem a preparações opacificantes para exames radiográficos; reagentes de diagnóstico concebidos para serem administrados ao paciente, à base de ioxol, produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, máquinas automáticas para processamento de dados, portáteis e aparelhos de raio X.

As empresas de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, bem como serviços de suporte técnico em equipamentos de informática em geral,

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



passaram a ser enquadradas como empresas de Tecnologia da Informação e Tecnologia da Informação e Comunicação.

A Lei nº 10.931, de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias dentre outras providências, sofreu alteração em seu artigo 4º para o fim de reduzir a alíquota de 6% para 4% de que se refere o regime especial de tributação que sujeita a incorporadora relativamente a sua receita mensal recebida.

Importantes alterações deram-se na Lei nº 12.431, de 2011, que dentre outras providências, reduz a 0 (zero) a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos de capital produzidos por títulos ou valores mobiliários adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2011, objeto de distribuição pública, de emissão de pessoas jurídicas de direito privado não classificadas como instituições financeiras e regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Conselho Monetário Nacional, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento). Dentre as alterações, a partir da data da publicação desta medida provisória os rendimentos e ganhos de capital oriundos de fundos de investimentos em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio fechado também passaram a compor o rol de rendimentos sujeitos à alíquota zero do IR, observadas as condições previstas nos artigos 1º, 2º e 3º da referida lei federal.

Para acessar o inteiro teor da Medida Provisória nº 601, de 2012, clique [aqui](#).

-----  
**Decreto nº 7.877, de 27 de dezembro de 2012 – Altera o Decreto nº 7.828, de 16 de outubro de 2012, que regulamenta a incidência da contribuição previdenciária sobre a receita bruta devida pelas empresas, de que tratam os artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.**

Foi publicado no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2012 o Decreto nº 7.877 (de 27/12/2012), que promoveu algumas alterações na regulamentação original da desoneração da folha de salários, realizada originalmente pelo Decreto nº 7.828/2012.

Inicialmente, o novo decreto adequou a redação original do § 5º do artigo 2º do Decreto nº 7.828, que se refere às alíquotas da contribuição sobre a receita a serem adotadas pelo setor de serviços, conforme o quadro abaixo:

atividades

período

alíquota

I - análise e desenvolvimento de sistemas;

II - programação;

III - processamento de dados e congêneres;

IV - elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos;

V - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

VI - assessoria e consultoria em informática;

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



VII - suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados; e

VIII - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas. 1º/12/2011 a 31/07/2012

2,5%

Call center e de TI e TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas nos incisos I a VIII do caput do art. 2º do Decreto 7.828/2012 1º/04/2012 a 31/07/2012

2,5%

Call center e de TI e TIC, ainda que se dediquem a outras atividades, além das previstas nos incisos I a VIII do caput do art. 2º do Decreto 7.828/2012 e;

Setor hoteleiro enquadradas na subclasse 5510-8/01 da CNAE 2.0; e

Que exerçam atividades de concepção, desenvolvimento ou projeto de circuitos integrados; 1º/08/2012 a 31/12/2014

2,0%

No tocante ao setor industrial, foi promovida adequação à redação do artigo 3º do Decreto nº 7.828/2012, que não contava com a relação de NCM's introduzidos na desoneração da folha de salários, à alíquota de 1,0% (um por cento), por força das Medidas Provisórias nº 563 e 582, de 2012. Assim, atualmente, o Decreto nº 7.828/2012 possui dois Anexos:

- Anexo I: obrigatoriedade até 31/12/2012;

- Anexo II: obrigatoriedade a partir de 1º/01/2013.

Por fim, foi revogado o § 3º do art. 3º do Decreto nº 7.828, de 2012, que fazia remissão ao Anexo Único, atual Anexo I.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto nº 7.877, de 2012, clique aqui.

---

## **Instrução Normativa nº 123, de 20 de dezembro de 2012, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).**

Publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2012, a Instrução Normativa nº 122, de 20 de dezembro do mesmo ano, editada pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), dispõe sobre a expedição de certidões, a sua utilização em atos de transferência de sede, abertura, alteração e inscrição de transferência de filiais, proteção ao nome empresarial e dá outras providências.

De acordo com esta norma, as certidões serão expedidas mediante requerimento do interessado, sem necessidade de alegar interesse ou motivo, acompanhado do respectivo comprovante de pagamento do serviço.

O requerimento deverá indicar o tipo de certidão a ser expedida.

(i) quando o tipo requerido for a certidão específica, o interessado deverá indicar, expressamente, o dado ou dados a serem certificados.



(ii) quando o tipo requerido for a certidão de inteiro teor, o interessado deverá indicar o ato ou atos a serem certificados.

(iii) quando o tipo requerido for de certidão simplificada, o interessado deverá indicar no requerimento se deseja que dela conste o objeto ou o objeto social, conforme o caso.

## **PRAZO DE ENTREGA**

A certidão deverá ser entregue no prazo de até quatro dias úteis da protocolização do pedido na sede da Junta Comercial e, no prazo de oito dias úteis, se em protocolo descentralizado.

Em caso de recusa ou demora na expedição da certidão, o requerente poderá reclamar à autoridade competente, que deverá providenciar, com presteza, sua expedição.

## **MODALIDADES DE CERTIDÕES A SEREM EXPEDIDAS PELAS JUNTAS COMERCIAIS:**

(i) Simplificada;

(ii) Específica;

(iii) Inteiro Teor.

## **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

Constitui-se de extrato de informações atualizadas, constantes de atos arquivados e/ou de arquivos eletrônicos, conforme modelos anexos à presente Instrução Normativa, abaixo especificados:

a) empresário e suas filiais;

b) filiais de empresário com sede em outra unidade da federação;

c) sociedades empresárias, exceto as anônimas, e suas filiais;

d) sociedade anônima e cooperativa, inclusive filiais;

e) filiais de sociedade empresária, empresa individual de responsabilidade limitada, consórcio e cooperativa com sede em outra unidade da federação.

f) consórcio;

g) grupo de empresas;

h) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e suas filiais;

i) Empresário enquadrado como Microempreendedor Individual – MEI.

Deverão ser observados nos modelos anexos a esta norma:

(i) quando não houver informação a constar do campo do formulário, preencher com “xxxxxxx”;

(ii) no campo “Status” deverão ser informados, quando existentes, os seguintes tipos: com anotação judicial, com anotação extrajudicial, paralisada temporariamente, em concordata, com falência declarada, sob intervenção, em liquidação, em liquidação extrajudicial;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



(iii) no campo destinado à identificação do Empresário, os dados referentes a “identidade, estado civil e regime de bens” passarão a constar da certidão após o arquivamento de ato de adequação à Lei nº 10.406/2002 e, no caso do Empresário enquadrado na condição de microempreendedor individual – MEI, inscrito por meio do Portal do Empreendedor, não constarão os dados “estado civil” e “regime de bens”;

(iv) o campo “Observações” destina-se à complementação de informações consideradas relevantes pela Junta Comercial em relação aos dados dela constantes, bem como aos registros cadastrais efetuados como “anotações judiciais” e “anotações extrajudiciais”;

(v) quando necessária a continuação em folha(s) adicional(ais), na primeira folha deverão ser incluídos, além dos dados constantes do respectivo modelo, o número da folha, observado o critério (1/x) e o termo “continua” (no rodapé) e, da(s) folha(s) seguintes deverão constar: o cabeçalho, o título “Certidão Simplificada”, o número sequencial da folha (ex.: 3/5), o termo “continuação”, o texto da certificação, o campo destinado ao nome empresarial, que será seguido do respectivo NIRE, e natureza jurídica, o título do campo cujas informações tiverem continuidade da folha anterior e os demais campos, informações e certificação.

Esta certidão é instrumento hábil para a prática dos seguintes atos nas Juntas Comerciais:

a) proteção ao nome empresarial em outra unidade da federação;

b) abertura, alteração e inscrição de transferência de filiais (inclusive agências, sucursais e outros) em unidade da federação diversa daquela em que esteja situada a sede da empresa. Neste caso, a certidão deverá conter, respectivamente, o endereço ou novo endereço da dependência. Para a prática destes atos, exceto no caso de abertura de primeira filial, em que deverá ser apresentada a certidão simplificada, são instrumentos hábeis, também, uma via autenticada pela Junta Comercial do ato arquivado que contenha a deliberação de abertura, alteração ou transferência de filial, Certidão de Inteiro Teor ou cópia autenticada em cartório daquele documento;

c) transferência de sede para outra unidade da federação. Neste caso, a certidão deverá conter o novo endereço da sede.

## **CERTIDÃO ESPECÍFICA**

Constitui-se de relato dos elementos constantes de atos arquivados que o requerente pretende ver certificados.

Deverão ser certificadas as informações constantes do pedido, seguidas das referências aos respectivos atos, números e datas de arquivamento na Junta Comercial. Havendo alterações dos dados, estes devem ser, também, certificados na própria certidão.

Cada certidão específica conterà até três informações solicitadas pelo requerente.

## **CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

Constitui-se de cópia reprográfica, certificada, de ato arquivado ou de certidão emitida pela junta comercial, conforme modelo constante do Anexo X desta Instrução Normativa, que contenha os dados pertinentes ao Registro Mercantil recebidos do Portal do Empreendedor, em arquivo eletrônico.

A certificação, no caso de cópia reprográfica, será lavrada na última folha do documento, mencionando o número e a data de arquivamento do respectivo original na Junta Comercial, bem como a natureza, respectivos números e datas dos atos subsequentes arquivados, devendo ser assinada pelo Secretário-Geral, que também rubricará, sobre sinete, todas as demais folhas; e, poderá ser feita mediante chancela mecânica ou outro processo tecnológico que assegure a autenticidade do documento.

## **OUTRAS INFORMAÇÕES**

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Não cabe à Junta Comercial que arquivar atos de filial, com sede em outra unidade da federação, expedir certidões de dados da respectiva sede, que constem de seus arquivos.

A Junta Comercial não atestará comprovação de exclusividade, a que se refere o inciso I, do art. 25, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, limitando-se, tão somente, à expedição de certidão de inteiro teor do ato arquivado, devendo constar da certificação que os termos do ato são de exclusiva responsabilidade da empresa a que se referir.

A certidão dos atos de constituição e de alteração de sociedade mercantil, expedida pela Junta Comercial em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou aumento do capital social.

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Instrução Normativa nº 93, de 5 de dezembro de 2002.

Para conhecer inteiro teor da Instrução Normativa nº 123, de 20 de dezembro de 2012, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), clique aqui.

---

## **Instrução Normativa nº 122, de 20 de dezembro de 2012, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).**

Publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2012, a Instrução Normativa nº 122, de 20 de dezembro do mesmo ano, editada pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), regula, no âmbito do Registro Mercantil, os procedimentos de arquivamento de atos decorrentes de inscrição, alteração, extinção, enquadramento e desenquadramento de empresários na condição de microempreendedores individuais – MEIs, recebidos do Portal do Empreendedor, e dá outras providências.

### **ARQUIVOS ELETRÔNICOS**

De acordo com esta norma, os dados constantes de arquivos eletrônicos recebidos do Portal do Empreendedor pelas Juntas Comerciais, pertinentes à inscrição, alteração e extinção de empresários enquadrados como microempreendedores individuais, assim como as comunicações de enquadramentos e de desenquadramentos referentes a essa condição, efetuadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em cumprimento ao disposto no artigo 28 da Resolução CGSIM nº 16/2009, deverão ser mantidos no respectivo Cadastro Estadual de Empresas – CEE vinculados ao cadastro do empresário a que se refiram, de forma a preservar a sua individualidade, com integridade, enquanto ato arquivado. Referidos dados deverão, também, ser incorporados ao cadastro do empresário de forma a permitir a atualização cadastral dos dados dele constantes.

A exibição dos dados pertinentes ao Registro Mercantil referentes a cada arquivo recebido, quando necessária, será efetuada por intermédio do modelo Cadastro de Arquivo Recebido do Portal do Empreendedor – Empresário – MEI, constante do Anexo I.

Os arquivos eletrônicos supramencionados receberão número de arquivamento aplicado pela respectiva junta comercial, cuja data será a da sua geração no Portal do Empreendedor.

### **CADASTRO DO EMPRESÁRIO**

O cadastro do empresário, constante do Cadastro Estadual de Empresas, deverá conter histórico dos atos arquivados, compreendendo, pelo menos, os seguintes dados: data do arquivamento, ato, evento, data feito, ano do balanço, número do protocolo, número de arquivamento, NIRE de Filial.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



A Data Efeito constará das comunicações de enquadramento ou desenquadramento efetuadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em consonância com os respectivos motivos, conforme tabela constante do Anexo II.

## **ALTERAÇÃO E BAIXA**

Os procedimentos de alteração e baixa de empresário enquadrado como microempreendedor individual – MEI serão realizados, exclusivamente, pelo Portal do Empreendedor a partir da entrada em operação dessas funcionalidades, exceto no caso de alteração de nome empresarial de empresário inscrito e enquadrado na condição de MEI pelo Portal do Empreendedor no período de 1º de julho de 2009 a 08 de fevereiro de 2010, assim como de empresário que optar pela condição de MEI por intermédio do Portal do Simples Nacional.

## **DESENQUADRAMENTO**

Uma vez desenquadrado da condição de MEI:

- a) os atos de alteração e extinção continuarão a ser praticados pelo Portal do Empreendedor até à data anterior à data efeito do respectivo evento de desenquadramento, quando essa for data futura, conforme tabela constante do Anexo II;
- b) a partir da data efeito acima referida, os atos de alteração e extinção do empresário, antes praticados pelo Portal do Empreendedor, passarão a ser protocolizados e arquivados diretamente na junta comercial, devendo, o primeiro ato, ser instruído com cópia do desenquadramento mediante comunicação do interessado ou de ofício.
- c) o empresário cuja inscrição foi gerada pelo Portal do Empreendedor deverá arquivar alteração na junta comercial promovendo a inclusão de dados não fornecidos no processo especial de registro, caso não o faça por intermédio de ato de alteração de dados ou de extinção;
- d) nos casos de desenquadramento, em razão dos motivos abaixo indicados, o empresário procederá arquivamento, na junta comercial, de documentos de formalização dos respectivos atos, como segue:

### **Motivo do desenquadramento**

#### **Providência na junta comercial**

375 – SIMEI – Desenquadramento do SIMEI por comunicação do contribuinte - Natureza jurídica vedada

Protocolar processo de transformação de empresário para outra natureza jurídica.

376 – SIMEI – Desenquadramento do SIMEI por comunicação do contribuinte - Atividade econômica vedada

Protocolar processo de alteração do objeto do empresário.

378 – SIMEI – Desenquadramento do SIMEI por comunicação do contribuinte - Abertura de filial

Protocolar processo de abertura de filial do empresário.

Fonte: [www.dnrc.gov.br](http://www.dnrc.gov.br)

Será permitido o arquivamento de atos subsequentes ainda que o empresário não tenha concretizado o ato que acusou inicialmente como motivo para desenquadramento.

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Para conhecer inteiro teor da Instrução Normativa nº 122, de 20 de dezembro de 2012, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), clique aqui.

---

## **Instrução Normativa nº 13, de 21 de dezembro de 2012, do Ministério da Pesca e Aquicultura.**

Publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2012, a Instrução Normativa nº 13, de 21 de dezembro do mesmo ano, editada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, dispõe sobre critérios e procedimentos administrativos referentes à atualização dos dados e à substituição das Licenças de Pescador Profissional no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP.

Devem se submeter a esta norma todos os pescadores profissionais devidamente registrados e com situação ativa no RGP, não se aplicando tais regras às Licenças de Pescador Profissional canceladas. Cada pescador profissional tem o prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo aniversário para proceder à atualização dos dados e requerer a substituição da Licença. O não cumprimento deste prazo motivará o cancelamento da Licença de Pescador Profissional.

O requerimento de substituição da Licença de Pescador Profissional será efetuado por meio de acesso ao módulo do Pescador Profissional no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, disponível no sítio do Ministério da Pesca e Aquicultura ([www.mpa.gov.br](http://www.mpa.gov.br))

Após a confirmação de envio de dados pelo SisRGP, o interessado deverá necessariamente imprimir o protocolo, disponível ao final do procedimento eletrônico realizado por cada pescador e após devidamente assinado, o interessado procederá a sua entrega à Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura - SFPA, presente no seu estado de residência, ou à rede de entidades de classe, devidamente conveniada com o Ministério da Pesca e Aquicultura, mediante assinatura de Acordo de Cooperação.

Deferido o pleito e emitida a Licença de Pescador Profissional, a SFPA procederá à entrega ao interessado ou à respectiva entidade de classe de origem do protocolo.

Aplica-se subsidiariamente a presente norma o disposto na Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho de 2012. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC/ MPA.

Esta norma ainda Suspende, durante o ano de 2013, os efeitos do art. 9º, inciso I da Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho de 2012.

Esta Instrução Normativa entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2013 e demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Instrução Normativa nº 13, de 21 de dezembro de 2012, do Ministério da Pesca e Aquicultura, clique aqui.



# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica; altera as Leis nos 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 11.508, de 20 de julho de 2007, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.492, de 10 de setembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2012, a Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica e altera leis que especifica.

## EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Fundamentada a extinção na caducidade e falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual (incisos III e VI, do caput do art. 35 da Lei nº 8.987/1995), extinta a concessão, o poder concedente prestará temporariamente o serviço, por meio de órgão ou entidade da administração pública federal, até que novo concessionário seja contratado por licitação nas modalidades leilão ou concorrência. Para tanto, poderá receber recursos financeiros do poder concedente para assegurar a continuidade e a prestação adequada do serviço público de energia elétrica. O poder concedente poderá definir remuneração adequada ao referido órgão ou entidade, em razão das atividades exercidas no período da prestação temporária do serviço público de energia elétrica.

Não recairá sobre o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação a tributos, encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados referentes ao período anterior à declaração da extinção da concessão.

Com a finalidade de assegurar a continuidade do serviço, o órgão ou entidade da administração pública federal acima fica autorizado a realizar a contratação temporária de pessoal imprescindível à prestação do serviço público de energia elétrica até a contratação de novo concessionário.

Referidos órgão ou entidade da administração pública federal poderá aplicar os resultados homologados das revisões e reajustes tarifários, bem como contratar e receber recursos de Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR, nos termos definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O órgão ou entidade responsável pela prestação temporária do serviço público de energia elétrica deverá:

- (i) manter registros contábeis próprios relativos à prestação do serviço;
- (ii) prestar contas à Aneel e efetuar acertos de contas com o poder concedente;
- (iii) disponibilizar publicamente, inclusive em sítio da internet, as contas à Aneel retro.

O órgão ou entidade responsável pela prestação temporária do serviço público assumirá, a partir da data de declaração de extinção, os direitos e obrigações decorrentes dos contratos firmados com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e dos contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados pela sociedade titular da concessão extinta, mantidos os termos e bases originalmente pactuados, ressalvada qualquer espécie de responsabilidade em relação aos direitos e obrigações referentes ao período anterior à declaração da extinção da concessão.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



As obrigações contraídas pelo órgão ou entidade acima, na prestação temporária do serviço, serão assumidas pelo novo concessionário, nos termos do edital de licitação.

## **INTERVENÇÃO PARA ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA**

O poder concedente, por intermédio da Aneel, poderá intervir na concessão de serviço público de energia elétrica, com o fim de assegurar sua prestação adequada e o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

O prazo da intervenção será de até 1 (um) ano, prorrogável uma vez, por até mais 2 (dois) anos, a critério da Aneel.

Declarada a intervenção na concessão de serviço público de energia elétrica, a Aneel deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo (que deverá ser concluído no prazo de até um ano) para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

A intervenção na concessão de serviço público de energia elétrica implica a suspensão do mandato dos administradores e membros do conselho fiscal, assegurados ao interventor plenos poderes de gestão sobre as operações e os ativos da concessionária e a prerrogativa exclusiva de convocar a assembleia geral nos casos em que julgar conveniente.

Os administradores e membros do conselho fiscal da concessionária de serviço público de energia elétrica sob intervenção responderão por seus atos e omissões, na forma da Lei nº 6.404/1976. Os administradores respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela concessionária durante sua gestão, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 158 da Lei nº 6.404/1976.

Os acionistas da concessionária de serviço público de energia elétrica sob intervenção terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contado do ato que a determinou, para apresentar à Aneel um plano de recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção, contendo, no mínimo:

- 1) discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados;
- 2) demonstração de sua viabilidade econômico-financeira;
- 3) proposta de regime excepcional de sanções regulatórias para o período de recuperação; e
- 4) prazo necessário para o alcance dos objetivos, que não poderá ultrapassar o termo final da concessão.

A adoção de qualquer meio de recuperação não prejudica as garantias da Fazenda Pública aplicáveis à cobrança dos seus créditos nem altera as definições referentes a responsabilidade civil, comercial ou tributária, em especial no que se refere à aplicação do art. 133 da Lei no 5.172/1966.

O deferimento pela Aneel do plano de recuperação e correção das falhas e transgressões cessará a intervenção, devendo a concessionária:

- a) apresentar certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Federal e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias; e
- b) enviar trimestralmente à Aneel relatório sobre o cumprimento do plano de recuperação e correção das falhas e transgressões até a sua efetiva conclusão.

Caso o plano de recuperação e correção das falhas e transgressões seja indeferido pela Aneel ou não seja apresentado no prazo acima, o poder concedente poderá adotar, dentre outras, as seguintes medidas:

- 1) declaração de caducidade, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



2) cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;

3) alteração do controle societário;

4) aumento de capital social; ou

5) constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.

Os administradores da concessionária de serviço público de energia elétrica sob intervenção ou cuja concessão seja extinta fundamentada nesta Lei, ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los até a apuração e a liquidação final de suas responsabilidades. Tal indisponibilidade atinge a todos aqueles que tenham estado no exercício das funções de administração da concessionária de serviço público de energia elétrica nos 12 (doze) meses anteriores ao ato que determinar a intervenção ou declarar a extinção; contudo, esta indisponibilidade não atinge:

(i) aos bens considerados inalienáveis ou impenhoráveis pela legislação em vigor; e

(ii) aos bens objeto de contrato de alienação, de promessa de compra e venda e de cessão de direito, desde que o respectivo instrumento tenha sido levado a registro público até 12 (doze) meses antes da data de declaração da intervenção ou da extinção.

Não se aplicam às concessionárias de serviços públicos de energia elétrica os regimes de recuperação judicial e extrajudicial previstos na Lei no 11.101/2005, salvo posteriormente à extinção da concessão.

Aplica-se o disposto nesta Lei às permissões de serviço público de energia elétrica.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Lei, no link abaixo.

A Lei nº 12.767/2012 entra em vigor na data da sua publicação, ficando prorrogada até 31 de dezembro de 2016 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

Para conhecer inteiro teor da Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, clique aqui.

---

## **Decreto Federal nº 7.882, de 28 de dezembro de 2012, regulamenta o art. 2º da Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, que dispõe sobre a rotulagem das embalagens de papel destinado à impressão de livros e periódicos.**

Publicado no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2012, o Decreto Federal nº 7.882, de 28 de dezembro do mesmo ano, estabelece que as embalagens de papel destinado à impressão de livros e periódicos deverão ser rotuladas com a expressão "PAPEL IMUNE" para identificação e controle fiscal do produto, de acordo com as características e prazos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Referida exigência:

(i) deverá ser cumprida pelos fabricantes, importadores e comerciantes de papel, detentores do registro especial de que trata o art. 328 do Decreto nº 7.212/2010; e

(ii) não afasta o cumprimento de outras medidas de controle previstas nos arts. 273 a 276 e 278 do Decreto nº 7.212/2010.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O papel cuja embalagem esteja em desacordo com a obrigação acima não terá reconhecida, para fins fiscais, a regularidade de sua destinação, não se aplicando o disposto no § 1º do art. 328 do Decreto nº 7.212/2010. A obrigação em referência se dará sem prejuízo do disposto no art. 328 do Decreto nº 7.212/2010.

O descumprimento da exigência em referência sujeitará o estabelecimento infrator a:

(i) exigência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI nos termos do inciso IV do caput do art. 24 do Decreto nº 7.212/2010; e

(ii) perda do direito ao benefício de redução das alíquotas de Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação de que trata o Decreto nº 6.842/2009;

(iii) aplica-se o disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 4.502/1964, e no art. 22 da Lei nº 11.945/2009.

Os estabelecimentos em referência que adquirirem papel destinado à impressão de livros e periódicos deverão:

(i) manter controle individualizado dos produtos sem a rotulagem exigida neste Decreto existentes na data de início da obrigatoriedade; e

(ii) apresentar a documentação fiscal comprobatória de aquisição dos produtos quando requisitado por auditor-fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

O descumprimento sujeitará o estabelecimento infrator ao disposto acima.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá editar normas complementares à aplicação do disposto neste Decreto.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no link abaixo.

O Decreto Federal nº 7.882, de 28 de dezembro de 2012, entra em vigor na data da sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.

---

## **Decreto Federal nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012, regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.**

Publicado no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2012, o Decreto Federal nº 7.872, de 26 de dezembro do mesmo ano, dispõe que a partir de 1º de janeiro de 2013, o salário mínimo será de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

O valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 22,60 (vinte e dois reais e sessenta centavos) e o valor horário, a R\$ 3,08 (três reais e oito centavos).

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no link abaixo.

O Decreto Federal nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012, entra em vigor em 1º de janeiro de 2013 e, para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



**Portaria CAT 176, de 28-12-2012 – Altera a Portaria CAT 109/12, de 27-08-2012, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a que se refere artigo 313-Z20 do Regulamento do ICMS.**

A Portaria CAT 176, de 28 de dezembro de 2012, publicada em 29/12/2012, altera a Portaria CAT 109/12 no tocante ao seu Anexo, pois esta norma traz a nova redação do Anexo Único.

Foram previstas três faixas de Índices de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST. Anteriormente o Anexo Único previa apenas duas faixas previstas para vigorarem de 01/01 a 31/12/2012 e 01/01 a 31/07/2013. A nova redação estabelece três faixas de IVA-ST a vigorar: a) 01/01 a 31/01/2013; b) 01/02 a 30/06/2013 e c) 01/07 a 31/07/2013.

Além dos itens anteriormente previstos no Anexo Único da Portaria CAT 109/12 (com a redação dada pela Portaria CAT 125/12) o novo anexo traz a inclusão dos seguintes itens:

Aparelhos ou máquinas de barbear, máquinas de cortar o cabelo ou de tosquiar e aparelhos de depilar, e suas partes

8214.90 e 8510

Ventiladores, exceto os produtos de uso agrícola constantes em relação a que se refere o inciso V do artigo 54 do RICMS/00

8414.5

Coifas com dimensão horizontal máxima não superior a 120 cm

8414.60.00

Partes de ventiladores ou coifas aspirantes

8414.90.20

Máquinas e aparelhos de ar-condicionado contendo um ventilador motorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e a umidade, incluídos as máquinas e aparelhos em que a umidade não seja regulável separadamente e suas partes e peças

8415.10 e 8415.8

Aparelhos de ar-condicionado tipo Split System (sistema com elementos separados) com unidade externa e interna

8415.10.11

Aparelhos de ar-condicionado com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora

8415.10.19

Aparelhos de ar-condicionado com capacidade acima de 30.000 frigorias/hora

8415.10.90

Unidades evaporadoras (internas) de aparelho de ar-condicionado do tipo Split System (sistema com elementos separados), com capacidade inferior ou igual a

30.000 frigorias/hora

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**

---



8415.90.10

Unidades condensadoras (externas) de aparelho de ar-condicionado do tipo Split System (sistema com elementos separados), com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora

8415.90.20

Aparelhos elétricos para filtrar ou depurar água - purificadores de água

8421.29.90

Lavadora de alta pressão e suas partes

8424.30.10, 8424.30.90 e 8424.90.90

Furadeiras elétricas

8467.21.00

Aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes

8516.2

Secadores de cabelo

8516.31.00

Outros aparelhos para arranjos do cabelo

8516.32.00

Outros alto-falantes mesmo montados nos receptáculos para veículos automotivos

8518.29.90

Aparelhos elétricos de amplificação de som para veículos automotores

8518.50.00

Outros aparelhos receptores de radiodifusão que funcionem com fonte externa de energia, do tipo utilizado em veículos automotores

8527.21.90

Demais mercadorias arroladas no § 1º do artigo 3 13-Z19 do Regulamento do ICMS

A Portaria CAT 176/12, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013 e, para conhecer seu inteiro teor, clique [aqui](#).

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



-----

**Portaria CAT 175, de 28-12-2012 – Altera a Portaria CAT 150/12, de 22-11-2012, que estabelece a base de cálculo na saída de máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos, a que se refere artigo 313-Z12 do Regulamento do ICMS.**

A Portaria CAT 175, de 28 de dezembro de 2012, publicada em 29/12/2012, altera a Portaria CAT 150/12 no tocante ao seu Anexo, pois esta norma traz a nova redação do Anexo Único.

Foram excluídos os itens abaixo reproduzidos:

DESCRIÇÃO

NBM/SH

% IVAST

Ventiladores, exceto os produtos de uso agrícola constantes em relação a que se refere o inciso V do artigo 54 do RICMS/00

8414.5

44,01

Coifas com dimensão horizontal máxima não superior a 120cm

8414.60.00

58,18

Partes de ventiladores ou coifas aspirantes

8414.90.20

44,01

Máquinas e aparelhos de ar-condicionado contendo um ventilador motorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e a umidade, incluídos as máquinas e aparelhos em que a umidade não seja regulável separadamente e suas partes e peças

8415.10, 8415.8 e 8415.9

50,73

Aparelhos de ar-condicionado tipo Split System (elementos separados) com unidade externa e interna

8415.10.11

47,12

Aparelhos de ar-condicionado com capacidade inferior ou igual a 30.000 frigorias/hora

8415.10.19

45,74



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**

---



Aparelhos de ar-condicionado com capacidade acima de 30.000 frigorias/hora

8415.10.90

44,87

Aparelhos para filtrar ou depurar água - depuradores de água elétricos

8421.29.90

55,90

Lavadora de alta pressão

8424.30.90

42,39

Furadeiras elétricas

8467.21.00

46,17

Aparelhos ou máquinas de barbear, máquinas de cortar o cabelo ou de tosquiar e aparelhos de depilar, e suas partes

8214.90 e 8510

45,58

Aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes

8516.2

39,15

Secadores de cabelo

8516.31.00

46,58

Outros aparelhos para arranjos do cabelo

8516.32.00

46,58

A Portaria CAT 175, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013 e, para conhecer seu inteiro teor, clique [aqui](#).

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



---

## **Portaria CAT 174, de 28-12-2012 – Dispõe sobre os procedimentos que devem ser observados na aplicação da alíquota de 4% nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.**

A Portaria CAT 174, de 28 de dezembro de 2012, publicada em 29/12/2012, disciplina os procedimentos a serem observados na aplicação da Resolução 13/12 do Senado Federal.

Fundamentalmente, a Portaria CAT 174/12 reproduz o teor do Ajuste Sinief 19, de 07 de novembro de 2012, restringindo-se, as diferenças, no tocante às pequenas especificações. Vejamos.

A cláusula quinta do Ajuste determina quais informações deverão constar da Ficha de Conteúdo de Importação – FCI e em seus incisos VI e VII constam as seguintes redações: “valor da parcela importada do exterior” e “valor total da saída interestadual”, respectivamente. A Portaria traz essa redação com a adição da expressão “por unidade”.

Assim, a Portaria elucida que deverá constar o valor da parcela importada do exterior por unidade, da mesma forma com relação ao valor total da saída interestadual, que deverá ser por unidade.

Outra elucidação da Portaria é referente à hipótese de concomitância de mais de uma FCI para um mesmo produto. Os §§2º e 3º do artigo 6º esclarecem que deverá ser entregue nova FCI para o mesmo produto toda vez que houver alteração em percentual superior a 5% no Conteúdo de Importação ou que implique alteração da alíquota interestadual aplicável à operação, mas a entrega de nova FCI para um mesmo produto não substituirá a anteriormente apresentada e, nessa hipótese, ambas permanecerão válidas.

Ainda, a Portaria deixa claro, através de seu artigo 11, que as disposições aplicam-se a “quaisquer saídas interestaduais” e não apenas à primeira como inicialmente se cogitava.

A Portaria CAT 174/12, entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01.05.2013, em relação aos artigos 5º a 7º e a obrigatoriedade de prestar a informação do número de controle da FCI na NF-e de que tratam os artigos 8º e 10 e, a partir de 01.01.2013 em relação aos demais artigos. Para conhecer o inteiro teor da portaria, clique aqui.

---

## **Decreto nº 58.811/12 – Instituiu o Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS no Estado de São Paulo, para liquidação de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.**

O Decreto nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 28.12.2012, institui o Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS, decorrente de fatos geradores ocorridos até 31 de julho de 2012, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, desde que o valor do débito, atualizado, seja recolhido nos seguintes moldes:

I - em parcela única, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o imposto e sobre a multa punitiva;

II - em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado das multas punitiva e moratória e 40% (quarenta por cento) do valor dos juros incidentes sobre o imposto e sobre a multa punitiva, sendo que na liquidação em:

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



a) até 24 (vinte e quatro) parcelas, incidirão acréscimos financeiros de 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento) ao mês;

b) 25 (vinte e cinco) a 60 (sessenta) parcelas, incidirão acréscimos financeiros de 0,80% (oitenta centésimo por cento) ao mês;

c) 61 (sessenta e uma) a 120 (cento e vinte) parcelas, incidirão acréscimos financeiros de 1% (um por cento) ao mês.

§ 1º - Relativamente ao débito exigido por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM não inscrito em dívida ativa, as reduções previstas nos incisos I e II aplicam-se cumulativamente aos seguintes descontos sobre o valor atualizado da multa punitiva:

1 - 70% (setenta por cento), se liquidado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da notificação da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM;

2 - 60% (sessenta por cento), se liquidado no prazo de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias contados da data da notificação da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM;

3 - 45% (quarenta e cinco por cento), nos demais casos de ICM/ICMS exigido por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM.

O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais) e os débitos oriundos de desembaraço aduaneiro, substituição tributária e no caso do contribuinte em situação irregular perante o Fisco, somente, poderão ser liquidados em parcela única.

A possibilidade de utilização de crédito acumulado é prevista mas depende de regulamentação por parte da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado.

Os débitos dos contribuintes sujeitos às normas do Regime do Simples Nacional somente poderão ser parcelados se não tiverem sido a) informados por meio da Declaração Anual do Simples Nacional - DASN ou do PGDAS-D ou b) exigidos por meio de auto de infração lavrado conforme os artigos 79 e 129 da Resolução 94/2011 do Comitê Gestor do Simples Nacional.

O período de adesão ao parcelamento será de 1º de março a 31 de maio de 2013 mediante acesso ao endereço eletrônico [www.pepdoicms.sp.gov.br](http://www.pepdoicms.sp.gov.br).

Como das outras vezes, o parcelamento implica:

I - confissão irrevogável e irretratável do débito fiscal;

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos.

Ainda, são postas as hipóteses em que se considerará rompido o parcelamento (art.6º).

O Decreto 58.811/12 entra em vigor na data de sua publicação e, para conhecer o inteiro teor da norma, clique aqui.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

## **Decreto nº 58.809/12 – Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.**

O Decreto nº 58.809, de 27 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 28.12.2012, altera o Decreto 45.490/00, o Regulamento do ICMS, promovendo ajuste técnico na sistemática da substituição tributária.

São transferidos para o artigo 313-Z19 (eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos) diversos produtos que constavam no rol dos itens dos artigos 313-O (autopeças) e 313-Z11 (máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos).

O Decreto 58.809/12 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor da norma, clique aqui.

---

## **Portaria CAT 167, de 27-12-2012 – Divulga valores atualizados para base de cálculo da substituição tributária de cerveja e chope, conforme pesquisa elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.**

Portaria CAT 168, de 27-12-2012 – Divulga valores atualizados para base de cálculo da substituição tributária de bebidas energéticas e hidroeletrólíticas (Isotônicas), conforme pesquisa elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Portaria CAT 169, de 27-12-2012 – Divulga valores atualizados para base de cálculo da substituição tributária de água mineral, conforme pesquisa elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

As Portarias CAT 167, 168 e 169, todas de 27 de dezembro de 2012, publicadas em 28/12/2012, tratam dos valores a serem utilizados para determinação da base de cálculo do ICMS-ST no período de 1º de janeiro a 31-03-2013, para as seguintes bebidas, respectivamente, cerveja e chope; energéticas e hidroeletrólíticas (Isotônicas) e água mineral.

Estabelece a norma, em seu artigo 1º, qual será o valor a ser praticado para fins de retenção do imposto na sistemática da substituição tributária. Nos §§ são especificadas quais as situações em que não serão utilizados os preços trazidos pela norma e sim o preço praticado pelo sujeito passivo (incluindo os valores correspondentes a frete, frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor resultante da aplicação de percentual de margem de valor agregado estabelecido no artigo 294 do RICMS).

Após, trata da base de cálculo para fins de retenção a ser utilizada a partir de 1º de abril de 2013 no caso de não ser editada portaria divulgando o preço final para vigorar a partir dessa data.

Foram revogadas as Portarias CAT 134, 138 e 136/12.

As Portarias CAT 167, 168 e 169/12 entraram em vigor na data de suas publicações, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013 e, para conhecer seus inteiros teores, clique aqui.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



---

**Portaria CAT 166, de 26-12-2012 – Divulga o preço final ao consumidor e o Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST para fins de determinação da base de cálculo do ICMS na saída de bebida alcoólica, exceto cerveja e chope.**

A Portaria CAT 166, de 26 de dezembro de 2012, publicada em 27/12/2012, trata do preço final ao consumidor e do IVA-ST relativo a bebidas alcóolicas, a ser utilizado no período de 1º de janeiro a 30.06.2013.

Estabelece a norma, em seu artigo 1º, qual será o preço final (Anexo Único) a ser praticado para fins de retenção do imposto na sistemática da substituição tributária. No artigo 2º são especificadas quais as situações em que não serão utilizados os preços constantes do Anexo Único e sim o preço praticado pelo sujeito passivo (incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado setorial – IVA-ST), trazendo também os percentuais do IVA-ST.

Já o artigo 3º trata da base de cálculo para fins de retenção a ser utilizada a partir de 1º de julho de 2013 no caso de não ser editada portaria divulgando o preço final para vigorar a partir dessa data.

Ficou revogada, a partir de 1º de janeiro de 2013, a Portaria CAT 72/12.

A Portaria CAT 166/12 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013 e para conhecer o seu inteiro teor, assim como do Anexo Único, clique aqui.

---

**Portaria CAT 165, de 26-12-2012 – Altera a Portaria CAT-118/10, de 30-7-2010, que dispõe sobre a apuração, informações e documentos relativos ao crédito acumulado do ICMS na hipótese que especifica.**

A Portaria CAT 165, de 26 de dezembro de 2012, publicada em 27/12/2012, altera a Portaria CAT 118/10 que trata da apuração, apresentação de informações e de documentos, relativos a crédito acumulado de ICMS.

Fundamentalmente, a Portaria CAT 165/12 altera o período do crédito acumulado gerado, estendendo-o para o ano 2013 (anteriormente era 2012). Tal situação consta da nova redação dada ao artigo 1º; ao §4º do artigo 5º; ao artigo 10 e ao artigo 11 da Portaria CAT 118/10.

O artigo 6º da Portaria CAT 118/10 passa a ter a seguinte redação:

Artigo 6º - A autorização para apropriação do crédito acumulado nos termos desta portaria será limitada ao valor apurado pelo fisco ou ao requerido, o que for menor, observados os seguintes percentuais: (Redação dada ao artigo pela Portaria CAT-165/12, de 26-12-2012; DOE 27-12-2012; produzindo efeitos a partir de 01-01-2013)

I – 90% do crédito gerado no período de abril de 2010 a abril de 2013;

II – 70% do crédito gerado no período de maio de 2013 a agosto de 2013;

III – 50% do crédito gerado no período de setembro de 2013 a dezembro de 2013.

Parágrafo único – O valor restante será autorizado após o acolhimento do arquivo digital elaborado nos termos da Portaria CAT-83/09, de 28-04-2009, ou da Portaria CAT-207/09, de 13-10- 2009

Por fim é revogado o artigo 7º da Portaria CAT 118/10 que previa a possibilidade de entrega do pedido de apropriação do crédito por meio de mídia digital (CD ou DVD).

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



A Portaria CAT 165/12 entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013 e para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.

---

**Ajuste SINIEF 27, de 21-12-2012 – Adia o início da obrigatoriedade de preenchimento e entrega da Ficha de Conteúdo de Importação, prevista no Ajuste SINIEF 19/12, e dá outras providências.**

O Ajuste SINIEF 27, 21 de dezembro de 2012, publicado em 24/12/2012, adia para 1º de maio de 2013 o início da obrigatoriedade de preenchimento e entrega da Ficha de Conteúdo de Importação (FCI) prevista nas cláusulas quinta e sexta do Ajuste SINIEF 19/12.

Para o mesmo prazo fica adiada a indicação do número da FCI na nota fiscal eletrônica (NF-e) emitida para acobertar as operações a que se referem.

Por fim fica acordado que a verificação do cumprimento das obrigações acessórias instituídas pelo Ajuste SINIEF 19/12 terá, até o dia 1º de maio de 2013, caráter exclusivamente orientador, salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação devidamente comprovados.

O Ajuste entrou em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União. Para conhecer o inteiro teor da norma, clique aqui.

---

**Protocolo ICMS 219, de 21-12-2012 – Altera o Protocolo ICMS 96/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.**

O Protocolo ICMS 219, 21 de dezembro de 2012, publicado em 24/12/2012, altera o Protocolo ICMS 96/09 que dispõe sobre a substituição tributária (ST) nas operações com bebidas quentes.

As alterações promovidas são:

- a) inclusão no acordo os Estado do Espírito Santo e Minas Gerais;
- b) exclusão do §2º da cláusula primeira que excetuava a aguardente de cana originada de Minas Gerais da sistemática da ST;
- c) altera a redação do §3º da cláusula segunda trocando a menção ao Estado do Rio Grande do Sul por Minas Gerais e,
- d) por fim acrescenta os §§ 4º e 5º à cláusula segunda no tocante à não aplicação dos ditames do Protocolo às operações entre estabelecimentos de empresas interdependentes no caso de transferências das mercadorias.

O Protocolo entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos, em relação a cada unidade federada, a partir da data prevista em decreto do Poder Executivo. Para conhecer o inteiro teor da norma, clique aqui.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

**Portaria CAT 161, de 21-12-2012 – Altera a Portaria CAT-121/12, de 27-8-2012, que estabelece a base e cálculo na saída de produtos de materiais de construção e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z do Regulamento do ICMS.**

Portaria CAT 162, de 21-12-2012 – Altera a Portaria CAT-44/08, de 28-3-2008, que disciplina o cumprimento das obrigações principal e acessórias relativas às mercadorias existentes em estoque no dia imediatamente anterior ao do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição.

As Portarias CAT 161 e 162, ambas de 21 de dezembro de 2012, publicadas em 22/12/2012, tratam do procedimento da substituição tributária relacionada a materiais de construção e congêneres.

Nesse sentido a Portaria CAT 161/12 altera a redação da Portaria CAT 121/12 no tocante à menção do percentual da alíquota interestadual. Anteriormente a Portaria CAT 121/12 determinava a aplicação do IVA-ST às entradas de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna fosse tributada com alíquota superior a 12%. Na nova redação passa-se a aplicar o IVA-ST às entradas de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior à alíquota interestadual aplicada pelo remente. Essa mesma alteração é feita com relação ao §3º do artigo 2º.

Por fim a Portaria CAT 161/12 acrescenta o item 75-A ao Anexo Único da Portaria CAT 121/12, qual seja, “Tubos de alumínio e suas ligas, para refrigeração e ar condicionado, de uso na construção civil”.

Já a Portaria CAT 162/12, em decorrência da inserção do tubo de alumínio citado acima determina o procedimento a ser realizado por aquele que o tenha em seu estoque em 31.12.2012.

A Portaria CAT 161/12 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013 e a Portaria CAT 162/12 entrou em vigor na data de sua publicação. Para conhecer o inteiro teor das normas, clique aqui.

---

## **Decreto nº 58.770/12**

Altera o Decreto 57.686, de 27-12-2011, que disciplina a concessão de regime especial para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS por contribuinte classificado nos códigos 1011-2 e 1012-1 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que realize saídas de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, gado e leporídeos.

O Decreto nº 58.770, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, altera o Decreto 57.686/11, que disciplina a concessão de regime especial para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS por contribuinte classificado nos códigos 1011-2 e 1012-1 da CNAE, que realize saídas de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, gado e leporídeos, no tocante à vigência deste último.

Antes das alterações advindas do Decreto nº 58.770/12, a concessão do regime especial vigoraria até 31.12.2012. Com as alterações, os efeitos foram postergados até 31.12.2013.

O Decreto 58.770/12 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor da norma, clique aqui.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

## **Decreto nº 58.769/12**

Altera o Decreto 55.307, de 30-12-2009, que fixa prazo especial para recolhimento do ICMS devido, na condição de sujeito passivo por substituição, pelas operações subsequentes com as mercadorias que especifica.

O Decreto nº 58.769, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, altera o Decreto 55.307/09, prorrogando a vigência do prazo de recolhimento do ICMS devido na condição de sujeito passivo por substituição, pelas operações subsequentes com as mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária.

Assim, o prazo especial (último dia do segundo mês subsequente ao do mês de referência da apuração) é estendido para os fatos geradores ocorridos até 30.06.2014.

O Decreto nº 58.769/12 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor do Decreto, clique aqui.

---

## **Decreto nº 58.768/12**

Altera os Decretos 53.051/08, 53.826/08 e 54.904/09, que tratam, respectivamente, do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor, dos Incentivos no Âmbito dos Parques Tecnológicos e do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Produtos da Indústria de Processamento Eletrônico de Dados.

O Decreto nº 58.768/12, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, altera a redação de três Decretos, sendo que todas as alterações visam estender o prazo previsto para apropriação de crédito acumulado.

1) Decreto 53.051/08 (Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor): O fabricante de determinados produtos (conforme parágrafo único do artigo 1º) poderia utilizar o crédito acumulado de ICMS apropriado até 31.12.2012, com a alteração proporcionada pelo Decreto 58.768/12 poderá utilizar o crédito acumulado do ICMS apropriado até 30.06.2014. Ainda, as empresas tinham até 31.01.2013 para protocolar, junto à Secretaria de Desenvolvimento, seu pedido, agora tem até 31.07.2014.

2) Decreto 53.826/08 (Incentivos no Âmbito dos Parques Tecnológicos): As empresas integrantes de parques tecnológicos poderiam utilizar o crédito acumulado de ICMS apropriado até 31.12.2012, com a nova redação poderão utilizar o crédito apropriado até 30.06.2014.

3) Decreto 54.904/09 (Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Produtos da Indústria de Processamento Eletrônico de Dados): O fabricante de determinados produtos da indústria de processamento eletrônico de dados, poderia utilizar o crédito acumulado de ICMS apropriado até 31.12.2012, com a alteração proporcionada pelo Decreto 58.768/12 poderá utilizar o crédito acumulado do ICMS apropriado até 30.06.2014. Ainda, as empresas tinham até 31.01.2013 para protocolar, junto à Secretaria de Desenvolvimento, seu pedido, agora tem até 31.07.2014

O Decreto 58.768/12 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor da norma, clique aqui.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

## **Decreto nº 58.767/12 – Altera o Regulamento do ICMS e do Decreto nº 51.624, de 28 de fevereiro de 2007.**

Decreto nº 58.763/12 – Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

Convênio ICMS 151/12 – Autoriza o Estado de São Paulo a conceder redução da base de cálculo nas saídas internas de produtos da indústria de processamento eletrônico de dados, promovidas por estabelecimento fabricante.

O Decreto nº 58.767/12, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, REVOGA, em decorrência de liminar concedida nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4635, a redução de base de cálculo prevista no inciso I do artigo 26 do Anexo II E o crédito presumido constante do inciso XXIII do artigo 1º do Decreto nº 51.624/07 (ambos benefícios se destinam a produto da indústria de processamento eletrônico de dados).

Já o Decreto nº 58.763/12, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, CONCEDE diferimento relativo ao imposto incidente na saída interna de produtos da indústria de processamento eletrônico de dados, realizada pelo estabelecimento fabricante, na proporção de 61,11% (que equivale à carga tributária de 7%) do valor da operação, para o momento em que ocorrer a saída dos referidos produtos promovida pelo estabelecimento comercial.

Por último, o Convênio ICMS 151/12, de 21 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 24.12.2012, autoriza o Estado de São Paulo a CONCEDER redução de base de cálculo do ICMS incidente nas saídas internas realizadas pelo fabricante de produtos da indústria de informática de forma que a carga tributária resulte em 7%. Essa redução aplicar-se-á também: a) saída interna de produto industrializado promovida por estabelecimento do mesmo titular do estabelecimento fabricante; b) às saídas internas subsequentes à realizada por estabelecimento da empresa fabricante e, c) ao desembaraço aduaneiro decorrente de importação realizado por estabelecimento fabricante, para utilização na produção industrial no Estado de São Paulo, sob certas condições.

Os Decretos 58.767 e 58.763/12 entraram em vigor na data de suas publicações e produzem efeitos desde 30 de outubro de 2012. Para conhecer a íntegra das normas citadas, clique aqui.

O Convênio ICMS 151/12 entrou em vigor na data de sua publicação e de sua ratificação nacional, produzindo efeitos desde 30 de outubro de 2012. Para conhecer a íntegra da norma, clique aqui.

---

## **Decreto nº 58.766/12**

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 58.766, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, promove alteração relativa ao prazo de abrangência do crédito acumulado passível de apuração pela Sistemática de Apuração Simplificada prevista no artigo 30 (DDTT).

O crédito acumulado a ser considerado será aquele gerado no período de abril de 2010 a dezembro de 2013. Na redação anterior o período considerado ia de 04.2010 a 31.12.2013.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O Decreto nº 58.766/12 entra em vigor na data de sua publicação. Para conhecer o inteiro teor do Decreto, clique [aqui](#).

---

## **Decreto nº 58.765/12**

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 58.765/12, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, altera a redação do artigo 52 do Anexo II do Regulamento do ICMS que confere redução de base de cálculo nas saídas internas efetuadas pelo estabelecimento fabricante, exceto para consumidor final, de produtos têxteis.

A nova redação agora prevê quais produtos terão a carga tributária reduzida ao percentual de 12% e quais se submeterão ao percentual de 7%.

A base de cálculo será reduzida de forma que a carga tributária resulte no percentual de 12% para os produtos classificados nos códigos NCM 5402 a 5406, 5501 a 5507 e 5902.20.00.

Já a redução de 7% se aplica aos seguintes produtos:

- a) produtos classificados nos capítulos 50 a 58 e 60 a 63, exceto os produtos das posições 5402 a 5406, 5501 a 5507, 5601 e 6309, ressalvado o disposto na alínea "e";
- b) produtos classificados na posição 5901, exceto 5901.10.00;
- c) botões, 9606;
- d) fechos eclip (fechos de correr), 9607.1;
- e) fibras têxteis de comprimento não superior a 5mm ("tontisses"), 5601.30;
- f) edredões, almofadas, pufes e travesseiros, 9404.90.00;
- g) bonés, 6505.00.1;
- h) gorros, 6505.00.2;
- i) chapéus, 6505.00.3.

A redação trazida pelo §1º constitui inovação. Vejamos.

“§ 1º - A redução da base de cálculo prevista neste artigo aplica-se, também, à saída interna das mercadorias indicadas no "caput" realizada:

1 - por outro estabelecimento do mesmo titular do estabelecimento fabricante localizado neste Estado que as tenha recebido em transferência deste;

2 - pelo estabelecimento encomendante, na hipótese de as referidas mercadorias terem sido produzidas sob encomenda em estabelecimento de terceiro localizado neste Estado, desde que o encomendante, alternativamente:

- a) tenha fornecido os insumos utilizados na fabricação das mercadorias;
- b) seja o detentor da marca sob a qual a mercadoria será comercializada;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



c) esteja credenciado perante a Secretaria da Fazenda, nas demais hipóteses de terceirização parcial ou integral de fabricação.”

Já as condições previstas para fruição do benefícios previstas no §2º já constavam da redação anterior. Por último, resta expresso no §3º que “não se exigirá o estorno proporcional do crédito do imposto relativo às mercadorias beneficiadas com a redução de base de cálculo prevista neste artigo.

O Decreto 58.765/12 entra em vigor em 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor da norma, clique aqui.

---

## **Decreto nº 58.762/12**

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 58.762, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, promove alterações relativas ao prazo da vigência do diferimento ou da suspensão de vários artigos do RICMS/SP, determinando que esta (vigência) deverá ser estendida até 30.06.2014.

Os artigos citados se referem:

- a) artigo. 350 (operações com mamona, soja e outros produtos);
- b) artigo 395-C (operações com matéria-prima e produto intermediário para fabricação de eletrodomésticos);
- c) artigo 395-D (operações com matéria-prima e produto intermediário para fabricação de eletrodomésticos);
- d) artigo 395-F (operações com matéria-prima e produto intermediário para fabricação de lâmpadas LED);
- e) artigo 395-G (operações com matéria-prima e produto intermediário para fabricação de lâmpadas LED);
- f) artigo 395-I (operações com matéria-prima e produto intermediário para fabricação de células fotovoltaicas);
- g) artigo 395-J: (operações com matéria-prima e produto intermediário para fabricação de células fotovoltaicas);
- h) artigo 395-L: ((operações com insumos para fabricação de painéis de partículas de madeira (MDP), painéis de fibra de madeira (MDF) e chapas de fibra de madeira));
- i) artigo 27 das Disposições Transitórias: (saídas de determinadas mercadorias para estabelecimento fabricante de vagão ferroviário de carga).

O Decreto nº 58.762/12 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor do Decreto, clique aqui.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

## **Decreto nº 58.761/12**

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 58.761, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, promove alterações em vários segmentos da economia paulista, através da revogação de enunciados que impunham o término de benefícios a ocorrer em 31.12.2012.

Nesse sentido os benefícios previstos para as operações com as mercadorias abaixo elencadas passam a vigor por tempo indeterminado. São elas:

- 1 - bens destinados à integração ao ativo imobilizado;
- 2 - couro e produtos de couro;
- 3 - produtos de couro
- 4 - vinho;
- 5 - perfumes, cosméticos e produtos de higiene pessoal;
- 6 - instrumentos musicais;
- 7 - brinquedos;
- 8 - produtos alimentícios;
- 9 - serviço de comunicação contratado pelas empresas de "call center";
- 10 - produtos eletrodomésticos;
- 11 - lâmpadas LED;
- 12 - painéis de partículas de madeira (MDP) ou de fibras de madeira de média densidade (MDF) ou de chapas de fibras de madeira;
- 13 - células fotovoltaicas em módulos ou painéis;
- 14 - barras de aço;
- 15 - leite;
- 16 - carne e demais produtos comestíveis, resultantes do abate em território paulista de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno;
- 17 - móveis;
- 18 - carne e dos demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, frescos, resfriados, congelados, salgados, secos, temperados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos.

O Decreto nº 58.761/12 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor do Decreto, clique [aqui](#).

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

## **Decreto nº 58.760/12**

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 58.760, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, promove alterações da redação dos itens 1 e 2 do §1º do artigo 313-Z1 do RICMS/SP.

As redações anteriores eram:

“1 - suportes elásticos para cama, 9404.10.00;

2 - colchões, inclusive Box, 9404.2;”

A nova redação passou a discriminar da seguinte forma os produtos:

“1 - suportes para camas (somiês), inclusive "box", 9404.10.00;

2 - colchões, 9404.2;”

Importante ressaltar que não houve alteração com relação aos NCM's.

O Decreto nº 58.760/12 entra em vigor em 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor do Decreto, clique [aqui](#).

---

## **Decreto nº 58.759/12**

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 58.759, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, promove alterações relativas à vigência da isenção contida no artigo 130 do Anexo I (medicamentos e equipamentos destinados à pesquisa com seres humanos) e do benefício de crédito outorgado previsto no artigo 14 do Anexo III (adesivo hidroxilado), ambos do RICMS/SP

Os benefícios deveriam se extinguir em 31.12.2012. Todavia, em decorrência dos ditames do Convênio ICMS 101/12, sua vigência passou a ser condicionada:

- a) No caso da isenção, à vigência do Convênio ICMS 09/2007;
- b) No caso do crédito outorgado, à vigência do Convênio ICMS 08/2003.

Os referidos Convênios tiveram a sua vigência prorrogada de 31 de dezembro de 2012 para 31 de dezembro de 2014 pelo Convênio ICMS101-/12.

O Decreto nº 58.759/12 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor do Decreto, clique [aqui](#).

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

## **Decreto nº 58.758/12**

Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

O Decreto nº 58.758, de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 21.12.2012, promove duas alterações no RICMS/SP.

A primeira é no tocante à redação da alínea 'b' do item 5 do §1º do artigo 313-W. Cuja redação era:

b) condimentos e temperos compostos, incluindo molho de pimenta e outros molhos, em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg, 2103.90.21 e 2103.90.91;

E agora a nova redação passa a ser:

b) condimentos e temperos compostos, incluindo molho de pimenta e outros molhos, em embalagens imediatas de conteúdo inferior ou igual a 1 kg, exceto as embalagens contendo envelopes individualizados (sachês) de conteúdo igual ou inferior a 32 gramas, 2103.90.21 e 2103.90.91;

Assim tem-se que a nova redação excetua da Substituição Tributária (ST) as mercadorias classificadas na posição NCM 2103.90.21 e 2103.90.91 cuja embalagem seja constituída de sachês de conteúdo igual ou inferior a 32 gramas.

A segunda alteração se refere à inclusão do item “31-A – tubos de alumínio e suas ligas, para refrigeração e ar condicionado, de uso na construção civil, 7608” na sistemática da ST.

Por fim, o artigo 3º do Decreto estabelece procedimento a ser observado pelos estabelecimentos que tenham em estoque a mercadoria “tubos de alumínio” em 31.12.2012.

O Decreto nº 58.758/12 entra em vigor na data de sua publicação, com exceção dos artigos 1º e 2º (que, respectivamente, determinam a alteração da redação da alínea 'b' do item 5 do §1º do artigo 313-W e a inserção do item 31-A ao §1º do art. 313-Y) que entram em vigor em 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor do Decreto, clique aqui.

---

## **Portaria CAT 158, de 19-12-2012**

Fixa valor mínimo para o cálculo do ICMS nas operações com revestimento cerâmico classificado como “Extra” ou “Tipo A”.

A Portaria CAT 158, de 19 de dezembro de 2012, publicada em 20/12/2012, estabelece que no período de 01.01.2013 a 30.06.2013 o ICMS incidente sobre as operações efetuadas com revestimentos cerâmicos, classificados como “Extra” ou “tipo A”, na posição 6908 da NBM/SH, deverá:

- a) Ser calculado sobre o valor mínimo de R\$ 4,76/m<sup>2</sup>;
- b) Ser calculado sobre o valor da operação quando este for superior ao mínimo de R\$ 4,76/m<sup>2</sup>;
- c) Para fins de Substituição Tributária, para cálculo da retenção e pagamento, das saídas subsequentes, o IVA-ST deverá ser aplicado sobre o valor mínimo de R\$ 4,76m<sup>2</sup> ou sobre o valor da operação (quando este for superior ao mínimo), acrescido do valor relativo ao frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos.



# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



O artigo 2º da citada portaria determina que fica revogada, a partir de 01.01.2013, a Portaria CAT 128/11.

A Portaria CAT 158/2012 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.

## Portaria CAT 157, de 19-12-2012

Estabelece a base de cálculo na saída de brinquedos, a que se refere o artigo 313-Z10 do Regulamento do ICMS.

A Portaria CAT 157, de 19 de dezembro de 2012, publicada em 20/12/2012, estabelece que no período de 01.01.2013 a 31.05.2014 a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no artigo 313-Z9 do RICMS com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo IVA-ST para os seguintes produtos:

Item

Descrição das mercadorias

NBM/SH

IVA – ST

1

Triciclos, patinetes, carros de pedais e outros brinquedos semelhantes de rodas, carrinhos para bonecos, outros brinquedos, modelos reduzidos e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animados, e quebra-cabeças ('puzzles') de qualquer tipo

9503.00

75,89%

Já na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior à alíquota interestadual aplicada pelo remetente, o destinatário deverá utilizar o "IVA-ST ajustado", através da seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$

A partir de 01.06.2014 o IVA-ST sofrerá modificação e, para sua nova aferição, deverá a entidade representativa do setor apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado. Ainda, o seguinte cronograma deverá ser observado: a) até 31.08.2013 deverá ser comprovado a contratação da pesquisa; b) até 28.02.2014 deverá ser entregue o levantamento dos preços.

Caso não seja observado o prazo para comprovação da contratação da pesquisa a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 01.06.2014.

O artigo 3º da citada portaria determina que ficam revogadas, a partir de 01.01.2013, as Portarias CAT 240/09 e 129/12.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



A Portaria CAT 157/2012 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o seu inteiro teor, clique [aqui](#).

---

## **Portaria CAT 156, de 19-12-2012**

Altera as Portarias CAT 137/11, 105/12, 106/12, 107/12, 109/12, 110/12, 111/12, 12/12, 113/12, 114/12, 115/12, 116/12, 117/12, 118/12, 119/12 e 120/12, que dispõem sobre a base de cálculo para fins de retenção do imposto devido por substituição tributária.

A Portaria CAT 156, de 19 de dezembro de 2012, publicada em 20/12/2012, promove alterações nas Portarias CAT:

- 137/11 (medicamentos);
- 105/12 (Produtos de Papelaria);
- 106/12 (papel);
- 107 (lâmpadas elétricas);
- 109/12 (produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos);
- 110/12 (Pilhas e baterias);
- 111/12 (perfumaria e higiene pessoal);
- 112/12 (produtos da indústria alimentícia);
- 113/12 (limpeza);
- 114/12 (artefatos de uso doméstico);
- 115/12 (perfumaria e higiene pessoal com destino a revendedor que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta);
- 116/12 (autopeças);
- 117/12 (ração pet);
- 118/12 (produtos fonográficos);
- 119/12 (ferramentas e congêneres); e
- 120/12 (materiais elétricos),

As alterações se referem às bases de cálculo para fins de retenção do imposto devido por substituição tributária (ST).

A Portaria CAT 156/2012 entrou em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o seu inteiro teor, clique [aqui](#).

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



---

**Decreto Estadual nº 58.719, de 17 de dezembro de 2012, que altera as disposições do Decreto nº 57.658, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe, nos termos do § 8º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a aplicação, no exercício de 2012, dos recursos sob Regime Especial vinculados ao pagamento de precatórios.**

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 18 de dezembro de 2012, o Decreto nº 58.719, de 17 de dezembro do mesmo ano, altera as disposições do Decreto nº 57.658, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe, nos termos do § 8º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a aplicação, no exercício de 2012, dos recursos sob Regime Especial vinculados ao pagamento de precatórios.

Com a alteração do regulamento, os recursos que, nos termos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e artigo 1º, "caput" e § 1º do Decreto estadual nº 55.300, de 30 de dezembro de 2009, durante o exercício de 2012 forem depositados em conta própria para o pagamento de precatórios judiciais, o Estado de São Paulo opta, como previsto no inciso II do artigo 2º do referido decreto, que no exercício de 2012 sejam aplicados 50% (cinquenta por cento) no pagamento em ordem única e crescente de valor por precatório, nos termos do inciso II do § 8º do referido artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Este Decreto produzirá efeitos retroativos, a partir de 1º de janeiro de 2012, e vigorará somente até 31 de dezembro de 2012. Demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor do Decreto Estadual nº 58.719, de 17 de dezembro de 2012, clique [aqui](#).

---

**Decreto Estadual nº 58.718, de 17 de dezembro de 2012, que dispõe, nos termos do § 8º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a aplicação, no exercício de 2013, dos recursos sob Regime Especial vinculados ao pagamento de precatório.**

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 18 de dezembro de 2012, o Decreto nº 58.718, de 17 de dezembro do mesmo ano, dispõe sobre a aplicação, no exercício de 2013, dos recursos sob Regime Especial vinculados ao pagamento de precatório.

De acordo com este Decreto, dos recursos que durante o exercício de 2013 forem depositados em conta própria para o pagamento de precatórios judiciais, o Estado de São Paulo opta, como previsto no Decreto nº 55.300/2009 e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que no exercício de 2013 sejam aplicados:

- (i) 47% (quarenta e sete por cento) no pagamento mediante acordo direto com os credores;
- (ii) 3% (três por cento) no pagamento em ordem única e crescente de valor por precatório.

Este Decreto produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013 e vigorará somente até 31 de dezembro de 2013. Demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor do Decreto Estadual nº 58.718, de 17 de dezembro de 2012, clique [aqui](#).

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

## **Instrução Normativa nº 14, de 20 de dezembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).**

Publicada no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2012, a Instrução Normativa nº 14, de 20 de dezembro do mesmo ano, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dispõe sobre o controle das importações de Hidroclorofluorcarbonos - HCFCs e de misturas contendo HCFCs, em atendimento à Decisão XIX/6 do Protocolo de Montreal, e dá outras providências.

Esta norma regula os procedimentos de controle, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, da importação de Hidroclorofluorcarbonos - HCFCs e misturas contendo HCFCs, em atendimento à Decisão XIX/6 do Protocolo de Montreal.

A anuência à importação de HCFCs, de misturas contendo HCFCs ou de substâncias alternativas somente será dada pelo IBAMA se a solicitação de Licença de Importação for realizada por empresa importadora que esteja inscrita no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/Ibama, na categoria e atividade adequadas, com cadastro completo e atualizado e sem impeditivos para a emissão de certificado de regularidade, bem como possua licença ou dispensa de licença ambiental válida emitida por órgão ambiental competente.

A cota total de cada empresa importadora será definida pela soma de suas cotas específicas de HCFCs, em toneladas PDO (que serão calculadas conforme determinado no Anexo II desta norma). A importadora cujas importações excedam sua cota total ou cota específica estará sujeita à aplicação das penalidades administrativas dispostas no art. 64 do Decreto nº 6.514/2008, sem prejuízo das demais sanções civis e penais previstas na legislação vigente.

O controle de utilização das cotas será realizado como estabelecido no Anexo III desta norma e o saldo de cota de um ano civil não poderá ser utilizado em anos subsequentes pela empresa importadora.

As Licenças de Importação deverão ser registradas no Sistema Integrado de Comércio Exterior Siscomex e no CTF/Ibama:

- (i) em nome do real adquirente da mercadoria, quando a importação for realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora; ou
- (ii) em nome do encomendante predeterminado, quando a importação for realizada por encomenda, por meio de pessoa jurídica importadora.

Em cada ano civil, as solicitações de Licença de Importação de HCFC devem ser realizadas no CTF/Ibama, impreterivelmente, até o dia 30 de novembro.

O descumprimento das normas estabelecidas nesta Instrução Normativa sujeitará o agente a penalidades administrativas, sem prejuízo das demais sanções civis e penais previstas na legislação vigente.

Esta norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2013.

Demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Instrução Normativa nº 14, de 20 de dezembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), clique aqui.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

## **Instrução Normativa nº 13, de 18 de dezembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).**

Publicada no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2012, a Instrução Normativa nº 13, de 18 de dezembro do mesmo ano, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), publica a LISTA BRASILEIRA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, a qual será utilizada pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e pelo Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos, bem como por futuros sistemas informatizados do IBAMA que possam vir a tratar de resíduos sólidos.

O IBAMA atualizará a Lista, constante no Anexo I desta Instrução Normativa, sempre que necessário, em consonância com as diretrizes de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Referida Lista deverá ser utilizada para a prestação de informações sobre a geração e o gerenciamento dos resíduos sólidos, inclusive os perigosos e os rejeitos:

- (i) pelos usuários dos cadastros em referência;
- (ii) pelo sujeito passivo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), quando da entrega do relatório das atividades exercidas no ano anterior;
- (iii) pelos participantes dos sistemas de logística reversa implementados por acordos setoriais de abrangência nacional ou por resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), na identificação dos resíduos e rejeitos sujeitos à logística reversa, quando prestarem informações ao Ibama;
- (iv) pelos empreendimentos e atividades licenciados ambientalmente pelo IBAMA, em seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo possíveis passivos ambientais a eles relacionados.

Todas as informações sobre resíduos sólidos prestadas ao IBAMA serão disponibilizadas junto ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e ao Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima).

Esta norma entra em vigor na data da sua publicação. Demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Instrução Normativa nº 13, de 18 de dezembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), clique [aqui](#).

---

## **Protocolos ICMS 196/12**

Altera o Protocolo ICMS 48/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

Os Estados de Espírito Santo e de São Paulo celebraram o Protocolo 196/12, de 07.12.2012, publicado no Diário Oficial da União de 14.12.2012 dispondo sobre a alteração do Protocolo 48/11 que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

A norma altera a redação da cláusula terceira do Protocolo 48/11 passando a dispor:

“Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor constante no Anexo Único deste protocolo.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



§ 1º Inexistindo o valor de que trata o caput, a base de cálculo corresponderá ao montante formado pelo preço praticado pelo remetente, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada calculado segundo a fórmula:

“MVA ajustada =  $[(1 + \text{MVA ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ ”, onde:

I - “MVA ST original” é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo.

II – “ALQ inter” é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III – “ALQ intra” é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Nas operações interestaduais com os produtos relacionados no item XXIV do Anexo único, o remetente deverá adotar as seguintes MVAs. ajustadas:”

Por último, o Protocolo traz o novo texto do Anexo Único.

O Protocolo ICMS nº 196/12, de 7 de dezembro de 2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o inteiro teor do Protocolo e do Anexo Único, clique aqui.

---

## **Comunicado DA 86/2012**

Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/01/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 12/12/2012, o Comunicado DA 86, de 11/12/2012, que divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/01/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 96, § 4º da Lei 6.374/1989, e no artigo 3º da Resolução SF 31/2012, a Diretora de Arrecadação (DA) comunica que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/01/2013 para os débitos e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,93% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 86/2012, clique aqui.

---

## **Lei nº 12.741, de 08.12.2012**

Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o §5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

A Lei 12.741, de 8 de dezembro de 2012, publicada no DOU em 10.12.2012, dispõe sobre nova obrigação acessória que deverá ser observada por aqueles que vendem ao consumidor mercadorias ou serviços.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



A norma vem determinar a obrigatoriedade do fornecedor em informar ao consumidor, através de documentos fiscais ou equivalente, o valor aproximado dos tributos que influenciaram na formação dos respectivos preços de venda.

Os tributos que deverão ser computados são os seguintes: ICMS, ISS, IPI, IOF, PIS, PASEP, COFINS, CIDE, II, PIS/PASEP-importação e Cofins-Importação. No caso dos três últimos, estes serão informados apenas na hipótese de produtos cujo insumos ou componentes sejam oriundos de operações de comércio exterior e representem percentual superior a 20% do preço de venda.

Ainda, segundo o §8º “em relação aos serviços de natureza financeira, quando não seja legalmente prevista a emissão de documento fiscal, as informações de que trata este artigo deverão ser feitas em tabelas afixadas nos respectivos estabelecimentos”.

A contribuição previdenciária também deverá ser informada quando este item constituir custo direto do serviço ou produto.

Como toda obrigação acessória a norma prevê sanções para o seu descumprimento que abrangem, entre outras, multa e suspensão temporária de atividade (vide Capítulo VII do Título I da Lei 8078/90).

A Lei 12.741/12 entrará em vigor após 06 meses de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.

---

## **Instrução Normativa nº 10, de 07 de dezembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).**

Publicada no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2012, a Instrução Normativa nº 10, de 07 de dezembro do mesmo ano, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2013, regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a cobrança de multas no âmbito do IBAMA.

De acordo com esta norma, os Superintendentes do IBAMA nos Estados poderão designar servidores públicos preferentemente de nível superior que exercerão a função de autoridade julgadora de primeira instância, sendo-lhes atribuídas as seguintes competências monocráticas:

- (i) homologar providências decorrentes de Notificações das quais não decorram a lavratura de autos de infração;
- (ii) decidir motivadamente sobre produção de provas requeridas pelo autuado ou determinadas de ofício no âmbito dos processos cujo julgamento seja de sua competência;
- (iii) decidir sobre o agravamento de penalidades de que trata o art. 11 do Decreto nº 6.514/2008 no âmbito dos processos cujo julgamento seja de sua competência;
- (iv) julgar as infrações em primeira instância nos processos cuja multa indicada seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (v) apreciar pedidos de conversão de multa até o valor previsto no item anterior cabendo o deferimento ao Superintendente Estadual, nos termos de regulamentação específica.

Os Superintendentes poderão designar para o exercício das atribuições acima mais de um servidor, inclusive aqueles responsáveis pelas Unidades Regionais ou avançadas, que atuarão sempre de forma monocrática, excepcionados os Procuradores Federais que estejam em exercício nas unidades jurídicas do IBAMA.





Competência dos Superintendentes do IBAMA nos Estados:

- (i) decidir motivadamente sobre produção de provas requeridas pelo autuado ou determinadas de ofício no âmbito dos processos cujo julgamento seja de sua competência;
- (ii) decidir sobre o agravamento de penalidades (do art. 11 do Decreto nº 6.514/2008) no âmbito dos processos cujo julgamento seja de sua competência;
- (iii) julgar as infrações em primeira instância nos processos cujo valor da multa indicada seja inferior R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (iv) apreciar e decidir, nos termos de regulamentação específica, sobre pedidos de conversão de multa, cujo valor da multa consolidada seja inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), nos termos de regulamentação específica, firmando os respectivos termos de compromisso;
- (v) julgar os recursos de infração cujo valor da multa indicada seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e tenha havido o julgamento nos termos do inciso IV do art. 3º desta norma;
- (vi) apreciar pedidos de conversão de multa cujo valor da multa consolidada seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), observada a competência prevista no art. 5º, inciso IV, desta norma;
- (vii) aprovar, nos termos de regulamentação específica e para valores de multas consolidadas inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) projetos relativos a:
  - a) recuperação de áreas degradadas;
  - b) proteção, preservação e melhoria da qualidade ambiental;
  - c) conservação da natureza;
  - d) manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente;
- (viii) apreciar projetos tratados no item anterior, cujo valor de execução total seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), observada a competência prevista no art. 5º, inciso VI, desta norma;
- (ix) encaminhar à autoridade julgadora (o Chefe ou Coordenador da Divisão de Cobrança e Avaliação de Créditos de Multas Ambientais ou seu substituto, o Coordenador ou Responsável designado pelo Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores, vinculados à Coordenação Geral de Cobrança e Controle de Créditos Administrativos junto à Sede), todos os processos, inclusive os ainda não julgados por ocasião da publicação desta Instrução Normativa, cujas multas indicadas ou consolidadas sejam iguais ou superiores à R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), para instrução e julgamento.

As Superintendências deverão adotar todos os procedimentos pertinentes às conversões de multa, bem como elaboração dos projetos em referência, submetendo-os à aprovação do Conselho Gestor do IBAMA/Sede, antes da assinatura dos atos e na conformidade da regulamentação específica.

Competência da Coordenação Geral de Cobrança e Controle de Créditos Administrativos junto à Sede:

- a) decidir motivadamente sobre produção de provas requeridas pelo autuado ou determinada de ofício no âmbito dos processos cujo julgamento seja de sua competência;



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



- b) decidir sobre o agravamento de penalidades (do art. 11 do Decreto nº 6.514/2008) no âmbito dos processos cujo julgamento seja de sua competência;
- c) julgar as infrações em primeira instância nos termos do disposto no art. 2º, inciso II, alínea "c", desta norma;
- d) apreciar, nos termos de regulamentação específica, pedidos de conversão de multa, cujo valor da multa consolidada seja igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), decidindo motivadamente sobre seu deferimento ou não e firmando os respectivos termos de compromisso, nos termos de regulamentação específica; bem como nos casos cuja multa consolidada seja igual ou superior a R\$500.000,00 e inferior a R\$2.000.000,00, quando não exercida essa análise na forma do art. 4º, inciso, VII, desta norma;
- e) firmar, mediante autorização prévia da Presidência ou do Conselho Gestor do IBAMA/Sede, termos de compromisso de conversão de multa cujo valor da multa consolidada seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- f) aprovar, nos termos de regulamentação específica e envolvendo valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e iguais ou inferiores a R\$2.000.000,00 (Dois milhões de reais), projetos relativos a: a) recuperação de áreas degradadas; b) proteção, preservação e melhoria da qualidade ambiental; c) conservação da natureza; d) manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente;
- g) aprovar, nos termos de regulamentação específica e mediante autorização prévia da Presidência ou do Conselho Gestor do IBAMA/Sede, projetos de que trata o inciso anterior, cujo valor de execução total seja superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Os autos de infração cujo valor indicado pelo agente autuante seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), depois de registrados nos sistemas corporativos pela fiscalização, serão encaminhados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, à Coordenação Geral de Cobrança e Controle de Créditos Administrativos, para distribuição dos correspondentes processos administrativos às autoridades julgadoras competentes na forma desta Instrução Normativa.

Competência do Presidente do IBAMA e do Coordenador Geral de Cobrança e Controle de Créditos Administrativos junto à Sede:

Presidente do IBAMA: como autoridade julgadora de segunda instância, julgar os recursos interpostos, cujo valor da multa indicada ou consolidada seja superior a R\$ R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), podendo avocar o julgamento de processos em segunda instância de valor inferior. Sendo-lhe de competência exclusiva:

- (i) Firmar termos de compromisso de conversão de multa cujo valor da multa consolidada seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (ii) aprovar, nos termos de regulamentação específica a ser elaborada pelo IBAMA e envolvendo valores iguais ou superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), projetos relativos a:
  - a) recuperação de áreas degradadas;
  - b) proteção, preservação e melhoria da qualidade ambiental;
  - c) conservação da natureza;
  - d) manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente.

Coordenador Geral de Cobrança e Controle de Créditos Administrativos junto à Sede ou seu substituto: como autoridade julgadora de segunda instância, julgar os recursos cujo valor da multa indicada seja igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Chefe ou Coordenador da Divisão de Cobrança e Avaliação de Créditos de Multas Ambientais junto à Sede: como autoridade julgadora de segunda instância, julgar os recursos interpostos, cujo valor da multa indicada ou consolidada seja menor que R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto em relação aos recursos cuja competência recaia sobre o Superintendente Estadual ou o Gerente Executivo das unidades do IBAMA.

Superintendente Estadual do IBAMA ou o Gerente Executivo das unidades do IBAMA: como autoridade julgadora de segunda instância, julgar os recursos nos processos cuja autoridade julgadora de primeira instância seja servidor administrativo por estes designado para processos cujo valor da multa indicada seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Das decisões proferidas pela Autoridade Julgadora de Segunda Instância não cabe recurso.

As providências relativas ao registro do auto de infração no competente sistema cabem à área de fiscalização, preferentemente ao agente autuante, não podendo o auto de infração e o processo correspondente ser encaminhado às autoridades julgadoras ou ao NUIP (grupo de trabalho instituído no âmbito da COADM/Diplan, responsável pelo auxílio às autoridades julgadoras de primeira e segunda instâncias) sem que esteja identificado o infrator com o CPF ou CNPJ, não impedindo, contudo, que sejam lavrados e tratados Termos Próprios.

Competência da Fiscalização do IBAMA:

- a) inaugurar o procedimento administrativo ambiental, com notificação, lavratura de termos próprios e auto de infração, inclusive por descumprimento das obrigações previstas no §1º do art. 17-C e no art. 17-I, ambos da Lei 6.938/81;
- b) proceder ao registro nos sistemas corporativos dos autos de infração e termos próprios;
- c) elaborar relatórios de fiscalização;
- d) comunicar a lavratura de auto de infração ao Ministério Público, quando a conduta configurar também crime ambiental, acompanhada do histórico de infrações do autuado;
- e) comunicar ao DETRAN, à Capitania dos Portos ou a outro órgão competente de registro os casos de apreensão de veículos de qualquer natureza;
- f) encaminhar o processo à Autoridade julgadora de primeira instância competente para apuração, constituição e cobrança do auto de infração, nos termos desta Instrução Normativa;
- g) manifestar-se em contradição ou matéria relativa à autuação objeto de requerimento de manifestação técnica solicitada pela autoridade julgadora competente;
- h) comunicar aos órgãos estaduais de meio ambiente a lavratura de auto de infração, quando competentes para o licenciamento ou autorização da atividade ou empreendimento, nos termos da Lei Complementar n. 140/2011;
- i) comunicar ao Ministério da Pesca e da Aquicultura a lavratura de auto de infração quando o autuado for pescador profissional.

A presente norma ainda estabelece regras à fixação da sanção de multa, à notificação, referentes ao auto de infração e termos próprios, ao processo e procedimento, aos procedimentos iniciais, ao agravamento da penalidade, às nulidades, às conversões de multa, à instrução probatória, ao julgamento e recursos, à constituição definitiva e dos procedimentos de execução do crédito, às disposições transitórias e finais.

Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Instruções Normativas nº 14 de 15 de maio de 2009, publicada no D.O. de 19 de maio de 2009, nº 27, de 8 de outubro de 2009, e Portaria da Presidência do IBAMA Nº 02, de 15 de janeiro de 2010, publicada em 18 de janeiro de 2010, Portaria IBAMA nº 06, de 05 de maio de 2011, Portaria IBAMA nº 26, de 11 de Novembro de 2009, e Portaria nº 578, de 20 de maio de 2011.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Instrução Normativa nº 10, de 07 de dezembro de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), clique aqui.

---

## **Decreto nº 7.854, de 4 de dezembro de 2012**

Dispõe sobre a depreciação acelerada de que trata a Medida Provisória nº 582, de 20 de setembro de 2012.

Publicado em 05 de dezembro de 2012 no Diário Oficial da União, o Decreto n 7.854 trata da depreciação acelerada para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, para efeito de apuração do lucro real.

A depreciação acelerada será calculada pela aplicação adicional da taxa de depreciação usualmente admitida, sem prejuízo da depreciação contábil das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, adquiridos ou objeto de contrato de encomenda entre 16 de setembro e 31 de dezembro de 2012, destinados ao ativo imobilizado do adquirente. Este cálculo deverá ser feito antes da aplicação dos coeficientes de depreciação acelerada.

São consideradas para fins de uso da depreciação acelerada as máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, conforme dispõe o anexo da norma.

O Decreto 7.854, de 4 de dezembro de 2012 entra em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, clique aqui.

---

## **Decreto nº 7.853, de 4 de dezembro de 2012**

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

Publicado em 05 de dezembro de 2012 no Diário Oficial da União, o Decreto n 7.853 alterou o art. 15-A, inciso XXII do Decreto 6.306, que mantém a alíquota de 6 % nas liquidações de operações de câmbio contratadas a partir de 5 de dezembro de 2012, para ingresso de recursos no País, referente a empréstimo externo, com prazo médio mínimo de até 360 dias.

O Decreto 7.853, de 4 de dezembro de 2012 entra em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, clique aqui.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



---

## **Ato Declaratório CONFAZ nº 18, de 30 de novembro de 2012**

Ratifica o Convênio ICMS 123/12, que dispõe sobre a não aplicação de benefícios fiscais de ICMS na operação interestadual com bem ou mercadoria importados submetidos à tributação prevista na Resolução do Senado Federal nº 13/12.

Publicado em 04 de dezembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Ato Declaratório nº 18 do Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ ratifica o Convênio ICMS 123, de 07 de novembro de 2012 e dá vigência a ele no dia de sua publicação, que passa a produzir efeitos.

Para acessar o inteiro teor do Ato Declaratório CONFAZ nº 18 e do Convênio ICMS 123/12, clique sobre eles.

---

## **Resolução nº 29, de 29 de novembro de 2012, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios-CGSIM.**

Publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2012, a Resolução nº 29, de 29 de novembro do mesmo ano, editada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios-CGSIM, dispõe sobre recomendação da adoção de diretrizes para integração do processo de licenciamento pelos Corpos de Bombeiros Militares pertinente à prevenção contra incêndios e pânico à Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM e dá outras providências.

Esta Resolução traz recomendação da adoção de diretrizes pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal aderentes à REDESIM, quando da elaboração de normas de sua competência pertinentes ao processo de licenciamento de empresários e pessoas jurídicas relativamente à prevenção contra incêndios e pânico, o atendimento às orientações constantes desta Resolução, em especial suas definições, classificação de risco, procedimentos e às seguintes premissas:

- (i) racionalizar, simplificar e uniformizar procedimentos e os requisitos de prevenção contra incêndios e pânico;
- (ii) estimular e promover a integração dos processos, procedimentos e dados aos demais órgãos e entidades que compõem a Redesim;
- (iii) não adotar a duplicidade de exigências;
- (iv) promover a linearidade do processo de registro e legalização de empresas, sob a perspectiva do usuário;
- (v) promover a entrada única de dados cadastrais e documentos;
- (vi) manter à disposição dos usuários, de forma presencial e eletrônica, informações, orientações e instrumentos que permitam conhecer, previamente, o processo e todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção do licenciamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização;
- (vii) estabelecer mecanismos para que as atividades econômicas classificadas como de baixo risco tenham procedimentos para licenciamento essencialmente declaratórios;
- (viii) não realizar exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de licenciamento;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



(ix) reduzir o tempo necessário para o licenciamento empresarial junto aos Corpos de Bombeiros Militares nas unidades federativas;

(x) promover as condições mínimas exigíveis para a segurança da vida das pessoas, do meio ambiente e da propriedade, diante dos riscos de incêndio e explosão nos locais onde estão inseridas as atividades econômicas; e

(xi) definir as atividades econômicas cujo grau de risco seja considerado alto.

Para efeito de licenciamento de empresários e pessoas jurídicas junto aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal aderentes à REDESIM adota-se a seguinte classificação das atividades econômicas:

**ALTO RISCO:** aquelas listadas no Anexo I desta Resolução ou que se enquadrarem em pelo menos uma das condições abaixo:

a) Exercidas em imóvel com área construída superior a 750m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados);

b) Exercidas em imóvel com mais de 03 (três) pavimentos;

c) Que demandem a comercialização ou armazenamento de líquido inflamável ou combustível acima de 250 L (duzentos e cinquenta litros);

d) Que demandem a utilização ou armazenamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) acima de 90 kg (noventa quilogramas);

e) Exercidas em estabelecimentos que possuam lotação superior a 100 (cem) pessoas, quando se tratar de local de reunião de público;

f) Que demandem a comercialização ou armazenamento de produtos explosivos ou substâncias com alto potencial lesivo à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio; e

g) Exercidas em imóvel que possua subsolo com uso distinto de estacionamento.

**BAIXO RISCO:** aquelas que não se enquadrem acima.

## **RECOMENDAÇÕES DE PROCEDIMENTOS**

O cumprimento dos requisitos de prevenção contra incêndios e pânico poderá ser verificado no processo de licenciamento para o exercício de determinada atividade econômica em um estabelecimento indicado.

Recomendações no processo de licenciamento:

a) poderá ser iniciado em sítio do poder público na rede mundial de computadores, sendo que às atividades econômicas de baixo risco, poderá ser executado inteiramente por este sistema, dispensando a apresentação de projeto técnico de prevenção contra incêndios e pânico;

b) de atividades econômicas de baixo risco poderá ser realizado por meio do fornecimento de informações e declarações pelo empreendedor firmadas visando permitir o reconhecimento formal do cumprimento dos requisitos de prevenção contra incêndios e pânico, em que se recomenda, ainda, a dispensa da vistoria prévia ao início do exercício empresarial. Recomenda-se que o fornecimento de informações e declarações implique na assunção da responsabilidade, pelo empresário e pessoa jurídica, de implementação e manutenção dos requisitos de prevenção contra incêndios e pânico, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

c) poderão ser dispensadas de vistoria as atividades econômicas de baixo risco, exercidas em imóvel com área construída de até 200m<sup>2</sup> e com saída direta para a via pública;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



- d) que a dispensa de vistoria não exima o proprietário, ou o responsável pelo imóvel, e os empreendedores pela instalação e manutenção do conjunto de medidas de prevenção contra incêndios e pânico na área de sua responsabilidade, sob pena de aplicação de sanções administrativas;
- e) que os procedimentos de vistoria ou de fiscalização das atividades econômicas tenham natureza prioritariamente orientadora, exceto quando houver situação de risco iminente à vida, ao meio ambiente ou ao patrimônio, ou ainda, no caso de reincidência, de fraude, de resistência ou de embaraço à vistoria ou fiscalização;
- f) os requisitos de prevenção contra incêndios e pânico dos estabelecimentos onde são exercidas atividades econômicas de alto risco poderão ser comprovados por meio de vistoria prévia;
- g) os empreendedores que informarem, inclusive eletronicamente, aos Corpos de Bombeiros Militares, que a edificação onde está localizado o estabelecimento cumpre os requisitos de prevenção contra incêndios e pânico, para uso ou ocupação que não implique em alteração do conjunto de medidas preventivas, poderão receber o mesmo tratamento dispensado às atividades econômicas de baixo risco;
- h) que os estabelecimentos estejam sujeitos à fiscalização dos Corpos de Bombeiros Militares, em qualquer tempo ou enquanto neles forem exercidas atividades econômicas, para verificação do cumprimento dos requisitos de prevenção contra incêndios e pânico;
- i) a licença e autorização para funcionamento, no âmbito da competência dos Corpos de Bombeiros Militares, com base na legislação em vigor, poderá ser cassada quando: (i) for constatado, durante os procedimentos de vistoria ou fiscalização, que as informações fornecidas ou as declarações firmadas não são verídicas; (ii) for constatado, durante os procedimentos de vistoria ou fiscalização, que não foram cumpridos os requisitos de prevenção contra incêndios e pânico; ou (iii) após a devida orientação em vistoria ou fiscalização, a edificação (imóvel) onde funcionem as atividades econômicas permaneça irregular perante o Corpo de Bombeiros;
- j) que o proprietário do imóvel, ou o representante legal do condomínio, e os empreendedores sejam responsáveis solidários pela manutenção e instalação das medidas de prevenção contra incêndios e pânico do imóvel onde estão contidos os estabelecimentos, a fim de que sejam cumpridos os requisitos previstos em legislação própria;
- k) os Corpos de Bombeiros Militares, nas unidades federativas, poderão estabelecer prazo de validade da licença e autorização de funcionamento, no âmbito de sua competência, para as atividades econômicas em estabelecimento indicado.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Resolução, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Resolução nº 29, de 29 de novembro de 2012, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios-CGSIM, clique aqui.